POLÍTICAS EDUCACIONAIS: NUANCES DA PROPOSTA DO NOVO ENSINO MÉDIO

Ana Lara Casagrande
UNESP/Rio Claro, Brasil
analaracg@gmail.com

Silvia Maria dos Santos Stering
UNESP/Rio Claro, Brasil
silvia.stering@ifmt.edu.br

Joyce Mary Adam
UNESP/Rio Claro, Brasil
joyce@rc.unesp.br

Introdução

O Ensino Médio corresponde à última etapa da educação básica no Brasil (BRASIL, 1996, art. 4º) e está estabelecido como um direito de todo cidadão.

Mediante a Lei nº 13.415/2017, sinaliza-se a necessidade de problematizar a formação que se pretende para o jovem no Brasil, considerando o risco de consolidar-se uma educação dual via política pública, com a inserção da “especialização” no Ensino Médio.

Cumpre lembrar que há boas experiências nos Institutos Federais, em que 50% das vagas devem ser destinadas aos cursos técnicos integrados (BRASIL, 2008, art. 8º). Tais experiências divergem da proposta de educação profissional em nível médio desenvolvida pelo Regime Civil-Militar, já que sinalizam ir além da educação profissional e tecnológica em si. Sua base teórica (BRASIL, 2008) indica o desenvolvimento de uma formação ampla, capaz de estimular o estudante a compreender as várias formas do fazer alienado.

Os exemplos citados evidenciam que o Ensino Médio é “alvo de uma disputa de projetos sociais antagônicos da existência humana” (FRIGOTTO, 2006, p.244).

Ensino em Tempo Integral e mundo do trabalho

O Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) – prevê como meta de nº 6: “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a

atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos(as) alunos(as) da Educação Básica” (BRASIL, 2014).

A Lei nº 11.494/2007, que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, deixa claro que haja diferenciação das ponderações para distribuição proporcional de recursos das matrículas em tempo integral. O que, inclusive, pode ser um dos fatores envolvidos no interesse dos estados, de modo geral, em estimular o ensino integral na etapa do Ensino Médio: valor de ponderação maior, que implica mais recursos.

Nota-se que a expansão do Ensino em Tempo Integral faz parte das políticas educacionais. Nesse contexto, a Lei nº 13.415 sancionada em fevereiro de 2017 institui a Política de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral em todo o país.

Nela, estabelece-se uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com 1.800 horas, em que são estabelecidos direitos e objetivos de aprendizagem comuns, e uma parte diversificada, composta por distintos itinerários formativos, a serem organizados conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino (BRASIL, 2017, art. 36). O tempo restante ao dedicado à BNCC corresponde a áreas eletivas, dentre linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas e sociais aplicadas ou formação técnica e profissional, por meio de cursos técnicos.

Levantamos a possibilidade de que tal proposição gere uma limitação na formação¹ do jovem pobre desde a etapa obrigatória de estudos, dessa maneira, negando a oferta educativa capaz de possibilitar uma formação comprometida com a continuidade dos estudos em nível universitário, por exemplo.

Vale retomar que o processo formativo proposto pode remeter à perspectiva de Gramsci (1998), para quem a Escola Unitária ofereceria a possibilidade da construção da revolução cultural e formação do intelectual orgânico. Referindo-se ao contexto italiano do início do século XX, em que se desenvolveu o debate sobre a escola profissional e da cultura geral, o autor afirma a necessidade de abolir a escola “desinteressada” e formativa, que estaria destinada à “pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional” (GRAMSCI, 1991, p. 118), ou manter poucas delas.

A saída vislumbrada pelo autor perpassaria a Escola Unitária, definida como uma escola que vincularia o ensino técnico-científico ao saber humanista, assim, o caminho a ser trilhado deveria ser o da escola que equilibrasse “o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual” (GRAMSCI, 1991, p. 118).

¹ Ainda que se estabeleça a BNCC, alertamos para a realidade de uma formação que divide a atenção com uma especialização precoce.

Não se pode afirmar que a reforma empreendida recentemente, assemelhe-se à proposta gramsciana de formação, pois há um componente diferencial e importante: preocupação com a formação do intelectual orgânico, na mesma medida, com um saber erudito e tecnoprofissional, comprometido com sua classe. Ou seja, uma formação articulada à participação efetiva e consciente da classe trabalhadora, via superação de concepções fragmentárias e desarticuladas, tanto no campo econômico como no plano político-social.

Pretendemos evidenciar que o aparato ideológico mobilizado na proposta educacional é importante e dimensiona os fins preteridos.

Na discussão sobre qual Ensino Médio se quer, em se tratando de política educacional, importa lembrar que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estabelece que tal etapa “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996, art.1º § 2º). Os Parâmetros Curriculares Nacionais acompanham tal premissa ao inserir como objetivo a inserção do jovem no mundo produtivo e a dimensão de preparação para o trabalho, de maneira que se percebe o trabalho como categoria estruturante do ser social (PACHECO, 2018 [on line]).

Não desprezando a importância do trabalho para a constituição do humano, lembra-se que o jovem oriundo da elite tem na continuidade dos estudos (Ensino Superior) um caminho óbvio, por isso, concatenar as consequências de uma educação técnica/especializada inserida no Ensino Médio diz respeito à preocupação com a formação pretendida aos demais jovens: pobres.

Não se deve considerar como similares, ainda, o Ensino Médio integrado com o que se propõe na Reforma do Ensino Médio, uma vez que a última determina que todos os estudantes percorram itinerários formativos idênticos nos três primeiros semestres do processo ensino-aprendizagem e, posteriormente, escolheram uma área de predileção. Assim, impossibilitará ao estudante que opte pela formação técnica e profissional, o estabelecimento de diálogos abertos com as demais disciplinas do núcleo comum, de modo que se dificulta a integração de uma formação geral sólida aliada a uma formação profissional qualificada, pois ficam circunscritas a momentos estanques.

Faz-se necessário questionar o destino dos cursos técnicos integrados dos Institutos Federais com a implementação dessa reforma.

É preciso considerar, ainda, a questão dos recursos necessários para a operacionalização da expansão do Ensino Médio em tempo integral, em um contexto de teto para os gastos públicos, a conhecida PEC 241, que no Senado tramitou como PEC 55. Uma implicação central para o campo educacional é a de que os recursos que financiam serviços públicos sejam limitados pelo prazo de 20 anos.

Conclusões

Ao longo do tempo, o Ensino Médio tem sido um campo de disputas no cenário brasileiro, devido às suas finalidades estarem ligadas ao devir da juventude, que passa necessariamente pelo processo formativo humano, cujo fruto redundará no preenchimento dos postos de comando na sociedade.

A reforma curricular não está alheia às questões de ordem pragmática, como a adequação às demandas econômicas e de mercado ou a limitação do acesso à educação superior por meio da profissionalização, entre outras questões. Isso marca as disputas por hegemonia em torno de um projeto de sociedade.

Aqui bradamos por uma educação comprometida com a emancipação humana, sobretudo do jovem pobre.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, 2014.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, 2017.

FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e tecnológicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio C. F.; NEVES, Lúcia M. W. (Org.). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Tradução de C. N. Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. Os intelectuais e a organização da cultura. 8 ed. São Paulo: Circulo do livro, 1991.

PACHECO, E. **Os institutos federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf. Acesso em 02 de fev. 2018.